

SUMÁRIO

LIVRO III – O MÉTODO DE EXERCÍCIO DA JURISDIÇÃO: PROCESSO

TÍTULO IX – processo civil: conceito e função

Capítulo XXXIII – o conceito de processo e seu regime jurídico

449. três acepções do vocábulo <i>processo</i>	23
450. o processo como categoria jurídica (segunda acepção): uma entidade complexa	25
451. relação jurídica processual e contraditório	28
452. procedimento e devido processo legal	30
453. interação entre procedimento e relação jurídica processual	31
454. a legitimação pelo contraditório e pelo devido processo legal (<i>supra</i> , nn. 120 ss.)	33
455. regime jurídico do processo (devido processo legal <i>processual</i>)	33

Capítulo XXXIV – espécies de processos e seus resultados (o processo e a vida dos direitos)

456. os resultados institucionais do processo	35
457. os direitos, as pessoas e os bens	36
458. diferentes técnicas processuais	38
459. escolhas adequadas	41

TÍTULO X – formação do processo civil e litispendência

Capítulo XXXV – a formação do processo civil e a litispendência

460. formação, suspensão e extinção do processo civil – ideias gerais	43
461. a formação do processo sincrético brasileiro e a passagem de uma fase a outra	44
462. a inércia do juiz, o princípio da demanda e a iniciativa de parte ...	46
463. iniciativa de parte	49

464.	petição <i>endereçada ao juiz</i>	50
465.	os requisitos formais da demanda e a formação do processo ou instauração de nova fase	51
466.	a formação da fase de cumprimento de sentença – a fase de liquidação	53
467.	a litispendência	54
468.	citação válida	55
469.	o momento de formação do processo	57
470.	efeitos substanciais e processuais da litispendência em relação ao autor ou ao réu	60
471.	a litispendência e a máxima <i>electa una via ad alteram non datur regressus</i>	62
472.	efeitos da litispendência em relação a terceiros	64
473.	pressupostos processuais e formação do processo	66
474.	formação do processo arbitral	68

Capítulo XXXVI – efeitos processuais da litispendência

475.	a chamada <i>exceção de litispendência</i>	70
476.	litispendência e fase de cumprimento de sentença	73
477.	regime jurídico (prioridade pela citação)	74
478.	regime jurídico (controle de ofício)	75
479.	prevenção do juízo	76
480.	perpetuação da competência	77
481.	estabilização da demanda	77
482.	estabilização objetiva (pedido ou causa de pedir)	79
483.	estabilização subjetiva	81
484.	estabilização da causa de pedir – ressalvas e esclarecimentos	84
485.	suspensão de outro processo (causa prejudicial)	88
486.	efeitos processuais da litispendência arbitral – a chamada exceção de litispendência (<i>supra</i> , nn. 475-478)	91
487.	efeitos processuais da litispendência arbitral – prevenção do árbitro (<i>supra</i> , n. 479)	92
488.	efeitos processuais da litispendência arbitral – estabilização da demanda (<i>supra</i> , n. 481)	92
489.	efeitos processuais da litispendência arbitral – suspensão de outro processo (<i>supra</i> , n. 485)	94
490.	efeitos processuais da pendência do processo coletivo	94

Capítulo XXXVII – efeitos substanciais da litispendência

491.	litigiosidade da coisa	97
492.	interrupção da prescrição	101
493.	interrupção da decadência (ou: cessação da fluência dos prazos decadenciais)	103

494.	a validade da citação e as dimensões de sua eficácia interruptiva	104
495.	citação ordenada por juiz incompetente	109
496.	reinício da fluência do prazo prescricional	109
497.	novas iniciativas necessárias sob pena de prescrição	111
498.	decadência – peculiaridades	113
499.	prescrição e decadência: premissas éticas e econômicas – razões de convivência social – caráter excepcional	114
500.	prescrição e decadência: objeções e não exceções em sentido estrito	114
501.	em qualquer tempo ou grau ordinário de jurisdição – observância do contraditório	116
502.	constituição em mora	120
503.	requisitos da citação para a constituição do devedor em mora	122
504.	efeitos substanciais da litispendência arbitral – litigiosidade da coisa (<i>supra</i> , n. 491)	123
505.	efeitos substanciais da litispendência arbitral – interrupção da prescrição ou da decadência (<i>supra</i> , nn. 492 ss.)	124
506.	efeitos substanciais da litispendência arbitral – constituição do obrigado em mora (<i>supra</i> , nn. 502-503)	124
507.	efeitos substanciais da pendência do processo coletivo – esp. a constituição em mora em caso de direitos individuais homogêneos (<i>supra</i> , nn. 80-90)	125

TÍTULO XI – a demanda e o objeto do processo civil

Capítulo XXXVIII – a demanda

508.	demanda: o ato e o conteúdo (pretensão)	126
509.	demanda e petição inicial	128
510.	demanda, ação, causa, pedido e lide – empregos menos corretos do vocábulo <i>demanda</i>	129
511.	demanda e objeto do processo (<i>supra</i> , n. 151)	131
512.	pretensão bifronte	131
513.	ação, demanda e direito de demandar: uma escalada de situações	133
514.	elementos constitutivos da demanda (a chamada <i>identificação</i> das ações)	135
515.	partes	137
516.	peculiaridades terminológicas	138
517.	parte e representante	138
518.	parte e substituto processual (<i>infra</i> , n. 637)	140
519.	parte e parte legítima (<i>infra</i> , n. 633)	140
520.	partes nos processos de jurisdição voluntária	141
521.	pedido: provimento e bem da vida (<i>supra</i> , n. 2)	142
522.	<i>pedido certo e determinado</i> (CPC, arts. 322 e 324) – o pedido genérico	144

523.	inadmissível o pedido genérico no processo de execução ou na fase de cumprimento de sentença	145
524.	<i>idem</i> , no processo monitorio	147
525.	o pedido genérico nos juizados especiais cíveis	147
526.	o pedido genérico nas ações coletivas por direitos individuais homogêneos	148
527.	pedido vago e pedido de sentença condicional	149
528.	causa de pedir – substanciação	151
529.	a estrutura mínima da demanda e razões de sua exigência	154
530.	os elementos constitutivos e as diferenças entre demandas – relações entre elas (<i>infra</i> , nn. 537 ss.)	156
531.	as demandas do autor e as do réu	158
532.	interpretação da demanda e a regra da correlação	160
533.	os chamados <i>pedidos implícitos</i>	163
534.	correlação entre tutela jurisdicional e demanda	165
535.	revogação da demanda (<i>desistência da ação</i>)	166
536.	classificações e adjetivações	170

Capítulo XXXIX – relações entre demandas

537.	espécies de relações	174
538.	conexidade (<i>supra</i> , n. 365)	175
539.	afinidade	178
540.	comunhão	179
541.	conexidade subjetiva	179
542.	continência	180
543.	prejudicialidade	182
544.	prejudicialidade e processo	183
545.	demanda principal e demanda acessória	186
546.	dependência	188

Capítulo XL – cumulação de demandas

547.	das relações entre demandas à sua cumulação no processo (<i>supra</i> , nn. 537 ss.)	189
548.	justificação sistemática, conceito, espécies e disciplina geral	190
549.	cúmulos de pedidos (em geral)	192
550.	cúmulo simples de pedidos (CPC, art. 327)	192
551.	cúmulo sucessivo (prejudicialidade – demanda principal e acessória)	195
552.	cúmulo alternativo de pedidos (CPC, art. 325)	197
553.	alternatividade eventual (pedido subsidiário – CPC, art. 326)	199
554.	cúmulo de fundamentos	201
555.	cúmulo subjetivo (litisconsórcio)	203
556.	cúmulo originário ou ulterior (inicial ou sucessivo)	203

557. extinção ou redução do cúmulo de demandas – sem extinção do processo, sequer parcial 207

Capítulo XLI – o objeto do processo civil

558. objeto do processo, pretensão e mérito – a lide 209
 559. objeto do processo: o pedido e não a causa de pedir 213
 560. o mérito e as questões de mérito 214
 561. objeto do processo e objeto do conhecimento do juiz 216
 562. a delimitação do objeto do processo 217
 563. ampliação e redução do objeto do processo (*supra*, n. 556) 219
 564. objeto simples, composto ou decomponível – unidade do processo 221
 565. objeto do processo, litispendência e coisa julgada 223

TÍTULO XII – relação jurídica processual civil

Capítulo XLII – relação jurídica processual

566. relação entre os sujeitos do processo 225
 567. origem e elementos distintivos 227
 568. os sujeitos da relação jurídica processual, ou do processo 228
 569. relação complexa, evolutiva e unitária 229
 570. situações jurídicas ativas e passivas – autoridade e sujeição 231
 571. faculdades processuais das partes 233
 572. ônus processuais das partes (absolutos ou relativos) 234
 573. poderes processuais das partes 237
 574. os poderes-deveres do juiz 237
 575. o juiz não tem faculdades nem ônus processuais 238
 576. deveres das partes, especialmente o de lealdade 240
 577. não há direitos subjetivos e obrigações de natureza processual 241
 578. dever e a faculdade de cooperação entre as partes e o juiz – diálogo e contraditório 242
 579. autonomia da relação processual 245
 580. relação de direito público 246
 581. relação jurídica tríplice (angular? triangular?) 247
 582. requisitos prévios à relação jurídica processual: os pressupostos processuais 250
 583. relação jurídica processual, contraditório e devido processo legal 253
 584. as partes, a relação jurídica processual, a garantia do contraditório e os limites subjetivos da eficácia e da autoridade da sentença 254

TÍTULO XIII – sujeitos do processo civil

Capítulo XLIII – o juiz no exercício da jurisdição

585. o Estado e seus agentes jurisdicionais, os juízes 256

586.	a figura do árbitro	258
587.	o dever de imparcialidade	258
588.	parcialidade potencial ou efetiva	259
589.	suspeição e impedimento do juiz – dever de abstenção – recusa	260
590.	o controle do impedimento ou da suspeição do juiz	263
591.	os poderes e deveres do Estado-juiz	266
592.	poderes-deveres do juiz (atos finais)	268
593.	poderes-deveres do juiz no processo civil inquisitório (<i>supra</i> , n. 126)	273
594.	os poderes que o juiz não tem	278
595.	poderes de natureza administrativa (<i>polícia das audiências</i>)	280

Capítulo XLIV – os auxiliares da Justiça no exercício das funções complementares

596.	os órgãos auxiliares como sujeitos secundários do processo	282
597.	poderes e deveres dos auxiliares da Justiça em geral	283
598.	poderes e deveres do escrivão ou chefe de secretaria	284
599.	poderes e deveres do oficial de justiça (<i>supra</i> , n. 416)	284
600.	poderes e deveres do perito	285
601.	poderes e deveres dos auxiliares parajurisdicionais (juizados especiais cíveis)	285

Capítulo XLV – partes

602.	conceito puro de parte	287
603.	a qualidade de parte	290
604.	o Ministério Público e a Fazenda Pública como partes	291
605.	as situações jurídicas ativas e passivas das partes (quadro geral)	293
606.	os ônus de demandar, de afirmar e de defender-se	294
607.	afirmar fatos constitutivos, impeditivos, modificativos ou extintivos de direitos	296
608.	ônus da prova	301
609.	ônus de recorrer	302
610.	ônus de adiantar despesas (<i>infra</i> , nn. 873 ss.)	303
611.	o dever de lealdade processual	303
612.	litigância de má-fé e abuso de direito no processo	305
613.	atos atentatórios à dignidade da Justiça (<i>contempt of court</i>)	315
614.	a repressão aos atos atentatórios à dignidade da Justiça em todas as espécies de processo	316
615.	atos atentatórios no processo ou fase de execução	317
616.	atos atentatórios tipificados nos diversos incisos do art. 774	318
617.	multas e responsabilidade civil – decisões necessariamente motivadas	320
618.	partes na demanda e partes no processo	322
619.	sucessão das partes	324

620. dualidade de partes	326
621. pluralidade de partes	328
622. aquisição e perda da qualidade de parte	331
623. capacidade das partes	334
624. capacidade de ser parte	335
625. capacidade de estar em juízo	337
626. capacidade postulatória	340
627. igualdade das partes (<i>supra</i> , n. 118)	343

Capítulo XLVI – ação e defesa: síntese das posições das partes no processo

628. as situações jurídicas ativas das partes	345
629. a inércia inicial do juiz, a iniciativa de parte e o conteúdo da ação e da defesa	347
630. direito ao provimento de mérito	349
631. o direito de ação antes e durante o processo: direito ao processo – as condições da ação e a carência de ação	351
632. o interesse processual e o binômio <i>necessidade-adequação</i>	354
633. a legitimidade <i>ad causam</i>	358
634. legitimidade <i>ad causam</i> , aspecto do interesse de agir	360
635. legitimidade ativa à execução forçada	362
636. legitimidade ativa de ambas as partes à liquidação de sentença ...	362
637. legitimidade extraordinária (substituição processual)	363
638. legitimidade ativa extraordinária nos processos coletivos	366
639. legitimidade autônoma ou subordinada	366
640. legitimidade exclusiva ou concorrente	367
641. legitimidade isolada ou conjunta (litisconsórcio necessário)	368
642. a utilidade sistemática da técnica das condições da ação	368
643. condições existentes e não apenas afirmadas (<i>repúdio à teoria da asserção</i>)	369
644. as condições supervenientes e as que desaparecem no curso do processo – as condições da ação são indispensáveis no momento de julgar	371
645. falsas carências de ação	372
646. o conceito de ação e sua evolução doutrinária	374
647. natureza jurídica da ação e da defesa: poderes e não direitos subjetivos – titular passivo, o Estado	378
648. espécies de ações e de defesas – as exceções em sentido estrito ...	380
649. atipicidade da ação e da defesa	382
650. defesa e eventualidade – preliminares e defesas de mérito	384

Capítulo XLVII – litisconsórcio

651. conceito – fenômeno de pluralidade de partes (<i>supra</i> , nn. 620-621)	386
---	-----

652.	justificação sistemática	388
653.	admissibilidade do litisconsórcio	389
654.	conexidade objetiva (CPC, art. 113, inc. II)	390
655.	afinidade de questões (CPC, art. 113, inc. III)	391
656.	comunhão em direitos ou obrigações (CPC, art. 113, inc. I)	392
657.	admissibilidade do litisconsórcio e legitimidade <i>ad causam</i>	394
658.	litisconsórcio multitudinário	395
659.	litisconsórcio e tutela jurisdicional coletiva	396
660.	formação do litisconsórcio (modos e momentos)	397
661.	litisconsórcio originário ou ulterior (inicial ou sucessivo)	400
662.	extinção ou redução do litisconsórcio	400
663.	a relativa autonomia dos litisconsortes (CPC, art. 117)	403
664.	regimes do litisconsórcio – litisconsórcio unitário ou comum	405
665.	litisconsórcio necessário ou facultativo	409
666.	litisconsórcio necessário-unitário	410
667.	litisconsórcio necessário por força de lei (não invariavelmente unitário)	411
668.	a implementação do litisconsórcio necessário e as consequências da não-implementação	412
669.	em caso de litisconsórcio necessário-unitário	413
670.	em caso de litisconsórcio necessário por força de lei	416
671.	litisconsórcio necessário ativo	417
672.	necessariedade e unitariedade do litisconsórcio – conceitos independentes	418
673.	litisconsórcio unitário facultativo (não necessário)	419
674.	litisconsórcio necessário não unitário (comum)	420
675.	litisconsórcio facultativo	421
676.	litisconsórcio alternativo ou eventual	423
677.	o processo litisconsorcial	425

Capítulo XLVIII – as intervenções de terceiros

678.	fenômenos de pluralidade de partes	430
679.	justificação sistemática	431
680.	intervenção	432
681.	limites temporais (regra básica e geral)	434
682.	conceito puro de terceiro	435
683.	espécies de intervenções e situações legitimantes – o terceiro e o objeto do processo (<i>supra</i> , nn. 151 e 511)	436
684.	intervenções voluntárias e intervenções provocadas (coatas)	437
685.	a aquisição da qualidade de parte pelo terceiro	438
686.	incidentes processuais	439
687.	os intervenientes como partes	440
688.	intervenção e processo	440

689.	intervenção e competência	441
690.	intervenção litisconsorcial voluntária	442
691.	intervenção de colegitimados extraordinários	445
692.	assistência	446
693.	assistência simples ou qualificada (litisconsorcial)	451
694.	entre a assistência litisconsorcial e o litisconsórcio	455
695.	<i>amicus curiae</i>	456
696.	recurso de terceiro juridicamente prejudicado (<i>infra</i> , n. 2.221)	459
697.	sucessão do réu pelo verdadeiro obrigado ou pela parte legítima (antiga nomeação à autoria)	461
698.	denúnciação da lide e chamamento ao processo – ideias gerais ...	463
699.	denúnciação da lide: conceito – ampliação do objeto do processo e da relação jurídica processual	464
700.	as posições do litisdenuciado na relação processual	465
701.	em caso de denúnciação feita pelo réu	465
702.	duas situações especiais, conforme o comportamento do denun- ciado – liberdade de escolha pelo réu-denunciante (CPC, art. 128, incs. II-III)	466
703.	em caso de denúnciação feita pelo autor	468
704.	ainda a dupla função da denúnciação da lide	469
705.	denúnciação da lide: âmbito de admissibilidade	471
706.	denúnciação da lide: hipóteses de admissibilidade	471
707.	denúnciação da lide: obrigatoriedade?	475
708.	denúnciação da lide: legitimidade para denunciar e para ser den- nuciado	476
709.	apenas uma denúnciação sucessiva	478
710.	excluída a denúnciação <i>per saltum</i>	479
711.	denúnciação da lide: o título executivo contra o denunciado	480
712.	chamamento ao processo: conceito e utilidade sistemática	482
713.	chamamento ao processo: âmbito de admissibilidade	484
714.	chamamento ao processo: hipóteses de admissibilidade	485
715.	chamamento ao processo: condenação solidária (CPC, art. 132)	488
716.	denúnciação, chamamento e ilegitimidade <i>ad causam</i> do réu	490
717.	denúnciação da lide e chamamento ao processo – uma clara su- perposição no Código de Processo Civil	491
718.	intervenção do terceiro supostamente responsável (inciden- te de desconsideração da personalidade jurídica)	494
719.	intervenção coata no processo de produção antecipada de provas – intervenção <i>jussu judicis</i>	496
 Capítulo XLIX – o Ministério Público como parte no processo civil		
720.	condição de parte em todos os casos de legitimidade – o funda- mento sistemático desta	498

721.	parte <i>parcial</i> ou fiscal da ordem jurídica	499
722.	os fatores legitimantes e as diversas posições do Ministério Público no processo civil brasileiro	501
723.	o Ministério Público como <i>custos legis</i>	502
724.	o Ministério Público não é defensor da Fazenda Pública	505
725.	o Ministério Público como assistente da parte principal	506
726.	o Ministério Público como parte principal	507
727.	a legitimidade ativa para as ações civis públicas	508
728.	dimensões da legitimidade do Ministério Público para a ação civil pública	511
729.	o regime legal do Ministério Público na relação processual civil	513
730.	dever de imparcialidade e recusa do promotor de justiça	515
731.	honorários da sucumbência	517

TÍTULO XIV – o procedimento e os atos processuais civis

Capítulo L – o procedimento no processo civil brasileiro

732.	procedimento – conceito e conteúdo	519
733.	conteúdo das normas que definem o procedimento	520
734.	os procedimentos-modelo segundo a lei e os procedimentos concretamente realizados	523
735.	o regime legal do procedimento	524
736.	interdependência entre os atos do processo	525
737.	regularidade formal e instrumentalidade das formas (<i>infra</i> , n. 843)	526
738.	a oralidade no procedimento e o <i>processo oral</i>	527
739.	procedimento rígido ou flexível – fases	530
740.	as fases procedimentais no processo sincrético brasileiro	532
741.	preclusões, fases procedimentais e o procedimento rígido brasileiro	533
742.	procedimento rígido e adaptações do procedimento	540
743.	flexibilidade e adaptabilidade do procedimento arbitral	541
744.	diversificação dos procedimentos (comum, especiais <i>etc.</i>)	542
745.	a escolha do procedimento adequado segundo a lei	545
746.	incidentes do procedimento, questões incidentes e processo incidente	546

Capítulo LI – atos processuais civis

747.	conceito	551
748.	negócios jurídicos processuais	554
749.	fatos jurídicos processuais	559
750.	as condutas omissivas como fatos jurídicos processuais	560
751.	efeitos sobre o procedimento e sobre a relação jurídica processual	563

752. eficácia constitutiva, impeditiva, modificativa ou extintiva	564
753. momento da produção dos efeitos	564
754. atos escritos ou orais e a documentação eletrônica	565
755. atos simples ou complexos	567
756. atos processuais ilícitos (<i>supra</i> , nn. 611-613)	568
757. os atos dos diversos sujeitos processuais	570
758. atos processuais das partes (por si ou por advogado)	570
759. atos processuais indutivos ou causativos (atos de parte)	575
760. atos processuais do juiz (atos judiciais)	576
761. atos do juiz: provimentos (pronunciamentos) e atos materiais	579
762. pronunciamentos – decisão <i>lato sensu</i> e despachos	580
763. os atos decisórios – sentença – evolução do conceito no direito brasileiro	581
764. sentença – seu conceito atual	584
765. os atos decisórios – decisões interlocutórias	586
766. uma decisão interlocutória de mérito	587
767. os atos não decisórios – despachos, ou despachos de mero expediente	588
768. sentenças, decisões interlocutórias e despachos: confrontos	589
769. acórdão	590
770. outras variações dos atos processuais do juiz	591
771. atos do árbitro	593
772. atos dos auxiliares da Justiça	594
773. documentação e registro dos atos processuais – autos e registros eletrônicos	595
774. atos processuais de pertinência geral e atos próprios a certos processos ou procedimentos	599

Capítulo LII – atos de comunicação processual: citação e intimação

775. relevância sistemática da comunicação processual	601
776. citação	602
777. intimações	607
778. as intimações que acompanham a citação	609

Capítulo LIII – atos de cooperação jurisdicional – as cartas

779. a cooperação jurisdicional e seus fundamentos – as cartas – as atividades de cooperação	611
780. cooperação jurisdicional internacional: as cartas rogatórias (<i>supra</i> , n. 201)	614
781. cooperação jurisdicional nacional: carta de ordem	614
782. cooperação jurisdicional nacional: carta precatória	617
783. atos de comunicação processual	619
784. atividades probatórias	620
785. atos de constrição sobre pessoas ou coisas	621

786.	recusa de cumprimento às cartas de ordem e precatórias	622
787.	regras comuns às cartas, no Código de Processo Civil	625
788.	delegação de funções	627
789.	as cartas arbitrais	628

Capítulo LIV – a forma dos atos processuais civis

790.	do conteúdo à forma: equilíbrio e racionalidade nas exigências formais – o valor dos escopos	630
791.	formas processuais e devido processo legal	631
792.	liberdade e legalidade das formas no Código de Processo Civil ...	633
793.	requisitos formais gerais ou especiais	635
794.	requisitos formais intrínsecos e extrínsecos (modo, lugar e tempo)	635
795.	requisitos gerais quanto ao modo dos atos processuais	636
796.	requisitos gerais quanto ao lugar dos atos processuais	639
797.	requisitos gerais quanto ao tempo dos atos processuais – a eliminação das férias forenses	641
798.	cont.: dias sem expediente forense e horários de expediente	643
799.	atos processuais típicos ou atípicos	644
800.	o modelo brasileiro dos atos processuais civis típicos	645

Capítulo LV – prazos processuais civis

801.	conceito e distinções fundamentais – prazos aceleratórios e prazos dilatatórios	646
802.	prazos próprios e impróprios – preclusões	648
803.	prazos endoprocessuais e extraprocessuais – prazos não-processuais	652
804.	a dimensão dos prazos: diversos aspectos	653
805.	unidades de tempo	653
806.	prazos legais e prazos judiciais	654
807.	prazos convencionais e calendário estabelecido consensualmente pelas partes	655
808.	prazos peremptórios ou dispositivos (meramente ordinatórios)	656
809.	as alterações de prazos não-peremptórios por ato das partes	657
810.	prorrogação de prazos por ato do juiz	660
811.	prorrogação dos prazos em caso de transmissão de petições via fax	661
812.	fluência e contagem dos prazos: diversos aspectos	662
813.	<i>fluir</i> e <i>contar</i> : conceitos diferentes	662
814.	o início dos prazos e sua fluência	664
815.	início dos prazos em caso de intimação pelo <i>Diário da Justiça eletrônico</i>	665
816.	o início da <i>contagem</i> dos prazos	667

817. especificações	669
818. ressalvas	670
819. início do prazo para contestar e simultaneidade do início dos prazos	671
820. simultaneidade restrita ao início da <i>fluência</i> dos prazos	672
821. no processo autônomo de execução – sem simultaneidade	673
822. contagem em dias úteis	673
823. somente os prazos processuais	676
824. o fim dos prazos	677
825. contagem regressiva de prazos	679
826. interrupção e suspensão dos prazos processuais	680
827. casos de interrupção dos prazos	680
828. casos de suspensão dos prazos	682
829. a igualdade nos prazos e os prazos maiores concedidos pela lei (CPC, arts. 180, 183 e 186)	685
830. renúncia aos prazos	688

Capítulo LVI – defeitos dos atos processuais e do procedimento

831. atos processuais, escopos e eficácia	691
832. defeitos formais e não-formais dos atos processuais	692
833. as consequências dos defeitos do ato processual	693
834. graduação da intensidade das consequências	694
835. atos processuais meramente irregulares	694
836. atos processuais juridicamente inexistentes	695
837. invalidade, nulidade e ineficácia do ato processual– a indispensável declaração judicial da nulidade	700
838. não existem atos anuláveis em direito processual	702
839. nulidades cominadas ou não-cominadas (sistemáticas)	703
840. nulidades absolutas ou relativas	705
841. nulidades absolutas	706
842. nulidades relativas	709
843. instrumentalidade das formas – normas de superdireito processual	710
844. efeito expansivo das nulidades – nulidades inerentes ou sistemáticas – nulidade do procedimento como um todo	713
845. nulidade parcial do ato ou do procedimento – confinamento das nulidades	715
846. suprimento, sanção, repetição e convalidação	716
847. erro de procedimento (CPC, art. 283) – ainda a instrumentalidade das formas	718
848. a ineficácia dos atos de parte	720
849. defeitos, escopos e ineficácia (visão de conjunto)	723

TÍTULO XV – os meios instrumentais do processo civil***Capítulo LVII – os meios instrumentais do processo civil:
bens e fontes de prova***

850. meios: elementos externos	725
851. prova	726
852. fontes de prova	727
853. bens	728

TÍTULO XVI – os pressupostos e as crises***Capítulo LVIII – pressupostos de admissibilidade
da tutela jurisdicional civil***

854. direito à tutela jurisdicional e direito ao provimento	729
855. pressupostos de admissibilidade do provimento jurisdicional: seu significado sistemático	730
856. os pressupostos	731
857. os pressupostos e o direito ao provimento	733
858. ausência de pressupostos	734

Capítulo LIX – ônus da iniciativa e dever de impulso

859. iniciativa e impulso – processo civil dispositivo ou inquisitório	735
860. a iniciativa e o impulso segundo o art. 2º do Código de Processo Civil	736
861. atos de impulso delegados ao escrivão ou chefe de secretaria	738
862. ônus de impulso e consequências do descumprimento	738
863. o ônus de provocar a instauração da fase de cumprimento de sentença	740

Capítulo LX – as crises do processo civil: suspensão e extinção do processo – incidentes críticos

864. crises processuais	741
865. extinção do processo civil	742
866. suspensão do processo civil	744
867. suspensão imprópria do processo – incidentes processuais	745
868. outras crises menores	746

TÍTULO XVII – o regime financeiro do processo civil***Capítulo LXI – o custo do processo civil
e os encargos da sucumbência***

869. onerosidade da jurisdição e do processo	747
870. o custo financeiro do processo: despesas processuais e honorários advocatícios	748
871. despesas processuais	750

872. ônus e obrigações das partes pelo custo do processo (responsabilidade provisória ou definitiva)	752
873. ônus de adiantamento atribuído à parte interessada (CPC, art. 82)	755
874. momentos para o adiantamento	756
875. preparo inicial	757
876. preparo do cumprimento de sentença?	758
877. o preparo dos recursos – a deserção (<i>infra</i> , n. 2.235)	758
878. a relevação da pena de deserção e a correção de equívocos	760
879. adiantamentos referentes aos atos dos auxiliares eventuais da Justiça	761
880. dispensa do ônus de preparar	762
881. dispensas concedidas em leis especiais	763
882. nas oposições do executado (impugnação e embargos)	764
883. transferência do encargo ao autor ou rateio entre as partes	765
884. a responsabilidade final pelo custo do processo: sucumbência e causalidade	766
885. advocacia em causa própria	768
886. sucumbência recíproca e demais casos de rateio do custo processual – a sucumbência em parte mínima	769
887. casos em que não há obrigação pelo custo do processo	773
888. o campo de incidência das normas sobre a obrigação pelo custo do processo	776
889. cont.: no processo ou fase de conhecimento	777
890. na execução e no cumprimento de sentença	778
891. no processo monitorio	779
892. cont.: nos processos antecedentes (CPC, art. 294, par.)	780
893. nos recursos	780
894. nos incidentes processuais (hipótese do Código anterior, inaplicável no presente)	782
895. a condenação	782
896. a condenação por despesas e honorários independe de pedido específico	783
897. condenação em primeiro ou segundo grau de jurisdição	784
898. valor dos honorários: o critério central e as dimensões de sua aplicação	785
899. cont.: condenação por danos à pessoa e por prestações vincendas em geral	789
900. a condenação honorária dos beneficiários da assistência judiciária	789
901. honorários nas causas em que a Fazenda Pública é parte	790
902. honorários no cumprimento de sentença ou no processo autônomo de execução	792

903.	condenação solidária ou não (litisconsortes vencidos)	793
904.	direito do advogado aos honorários da sucumbência	795
905.	inadmissível a compensação de honorários	797
906.	demanda autônoma de cobrança de honorários da sucumbência	799

Capítulo LXII – assistência judiciária

907.	objetivo: efetividade do direito ao processo	800
908.	histórico jurídico-positivo e o âmbito da assistência a ser prestada aos necessitados – a legislação vigente	801
909.	peças naturais ou jurídicas	802
910.	nacionais ou estrangeiros	803
911.	a presunção de insuficiência financeira	804
912.	assistência ao demandante, ao demandado ou ao terceiro interve- niente	806
913.	benefícios personalíssimos – não favorecem o litisconsorte nem os possíveis sucessores	807
914.	insuficiência financeira e não econômica	807
915.	entre o ônus de antecipar despesas e a obrigação de pagar quando sucumbe – os encargos da sucumbência não são dispensados	808
916.	obrigação sob condição suspensiva	809
917.	o objeto da assistência judiciária	809
918.	defesa técnica gratuita	810
919.	dispensa de adiantamentos <i>etc.</i>	811
920.	o grave problema das perícias não remuneradas	811
921.	dispensas não integrais – parcelamento	813
922.	concessão, redução e revogação do benefício	813